

82 15 JUL 1993

JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO

O Senado Federal acaba de receber a versão final do Projeto de Lei 1.258-C, de 1988, que "fixa diretrizes e bases da educação nacional". O texto original é de autoria do ex-deputado federal Otávio



Elísio e sofreu limitações da atual Constituição, cujos capítulos referentes à educação, ciência e tecnologia merecem ser refeitos — porque àquela época existia o Muro de Berlim, houve também a influência de todo o espectro da esquerda, desde a *made in USA* ao outro extremo.

Por isso, o trabalho do ex-congressista, preocupado com a educação nacional, recebeu mais de mil emendas e teve, para aprimorá-lo, a colaboração de vários deputados. Mesmo assim, resultou num texto sem importância, que serve mais para consolidar o que há de pior na educação brasileira: o assembleísmo e o corporativismo.

A atual Lei de Diretrizes e Bases resultou de estudos de mais de 15 anos e para ela contribuíram as figuras mais representativas, bastando lembrar Almeida Jr., Fernando de

Sem diretrizes nem bases

ESTADO DE SÃO PAULO

Azevedo, D. Evaristo Arns, Roque S. M. de Barros, Carlos Lacerda, Lourenço Filho, Júlio de Mesquita Filho e Anísio Teixeira. Ela e as seis leis e decretos-leis que o projeto pretende revogar estão ultrapassados, em boa parte, e teria sido um grande feito se tivesse havido a consolidação dessas leis, o que não ocorreu.

Como, por exemplo, explicar que, entre os conselheiros do futuro Conselho Nacional de Educação (artigo 24), substituto do CFE, haverá um só representante dos cientistas, ao lado de um estudante do ensino superior, outro do ensino médio, um representante dos "trabalhadores não docentes da educação", outro das "instituições de formação profissional não universitária" e mais dois "dirigentes das instituições de ensino superior"? Sem ironia, cabe até perguntar se não faltam um estudante de pré-escola e um educador.

Uma lei de diretrizes e bases deve contemplar alguns aspectos essenciais, dentre eles os seguintes: o processo científico deste século implicou a fusão dos dois ramos do conhecimento, que C. P. Snow chamou de *duas culturas*; não há mais barreiras entre a Física, a Química e a Biologia e áreas correlatas. Além disso, as humanidades sofreram influências tão dramáticas do desenvolvimento científico que surgiu o que o Prêmio Nobel Ilya Prigogine, tomando pala-

vas da Bíblia, chamou de *nova aliança* (Prigogine e Stengers, *La Nouvelle Alliance*, Gallimard, 1978). O novo humanismo daí resultante há muito se refletiu nos currículos de escolas do mundo civilizado.

Em *segundo lugar*, é forçoso reconhecer que, em princípio, apenas duas profissões devem ser regulamentadas nacionalmente: médico e advogado. Com resultados desastrosos, o Brasil é hoje um conglomerado de sindicatos e de organizações profissionais controladores de mercados de trabalho e garantidores de emprego a portadores de diplomas, não aos mais capazes. Por que há tantos currículos e profissões regulamentadas? Por que um professor de Língua Portuguesa não pode ser revisor de jornal, ou vice versa? Por que o aluno da rede federal superior custa 70 vezes mais que o menor abandonado que, à duras penas, frequenta a escola pública deficiente de primeiro e segundo graus, até para comer? Por que as escolas superiores federais gastam mais de 92% de seus orçamentos em pessoal? Por que o pobre paga imposto para o rico estudar de graça? Nem aos olhos mais percucientes há resposta a essas questões no projeto de lei.

Em *terceiro lugar*, ele não fala em mérito, competência, operosidade. Por isso, graças à legislação em vigor,

quase todos os professores das universidades federais, queiram ou não, serão em breve titulares. Perde-se outra oportunidade de corrigir esse e outros males, entre eles o enorme e injustificável desnível salarial entre professores do primeiro e segundo graus e dos cursos superiores.

À falência educacional devemos o triste estado atual de nosso país, e quem supôs que esse separatismo era o símbolo de nosso atraso talvez ignore que circula hoje no Brasil uma moeda em desuso há 2 mil anos, o escambo envolvendo animais. Aliás, do latim "pecus, pecoris", além das palavras pecuária, pecúnia, pecuniário e pecunioso, vieram peculato e peculatório, mais famosas hoje em dia. Todavia, se ainda houver quem admita que isso tampouco é sinal de atraso, que espere um pouco mais. As próximas eleições talvez reacendam as guerras religiosas do passado, pois há quem garanta que os evangélicos, se quiserem, poderão eleger o futuro presidente da República, tal o seu cacife de dezenas de milhões de votos; fariam isso para restaurar no Brasil a moralidade pública, o caráter, o decoro e o respeito à pessoa humana. Coisas que estão em níveis baixíssimos nestes tempos bicudos.

■ José Carlos de Azevedo, doutor em Física pelo MIT, foi reitor da UnB